



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas  
Recebido em 10/12/2008 às 17h  
Assinatura: Juvenil Matr.: 3157

MPV-449

00300

**EMENDA ADITIVA Nº , DE 2008**  
(Do Sr. Juvenil)

**À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2008**

*Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concede remissão nos casos em que específica, institui regime tributário de transição, e dá outras providências.*

Acrescente-se o seguinte artigo à MP 449, de 2008, renumerando-se os demais:

**Art. 67.** O contribuinte, pessoa física ou jurídica, que tiver obtido, em decisão judicial ou administrativa, direito a crédito tributário perante a União Federal, não tendo aproveitado-o, por qualquer motivo, poderá transferi-lo, a qualquer título, a terceiros, no mesmo valor que lhe foi deferido, com os acréscimos legais consignados na decisão transitada em julgado ou, na ausência de definição nesse sentido, atualizado de acordo com a tabela utilizada para pagamentos de débitos federais em atraso.

**§ 1º** Quando a decisão concessiva do crédito de que trata o caput não o tiver quantificado, o contribuinte efetuará a transferência no valor que tiver contabilizado, sujeitando à homologação administrativa pelo prazo de cinco anos.

**§ 2º** A transferência do crédito sujeitará o cedente à apresentação de certidão negativa de débitos federais, inclusive previdenciários.

**§ 3º** As unidades federativas poderão adotar idêntico procedimento no tratamento das exações de sua competência, bem como os municípios.

**§ 4º** As formalidades inerentes à transferência de crédito tributário serão objeto de regulamentação pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, que criará instrumentos necessários para o efetivo cumprimento do caput deste artigo.

**JUSTIFICAÇÃO**

É dispensável dissertar sobre a tolerância do enriquecimento ilícito, nem que seja em favor da União, que não se encontra em exceção. É defeso ao contribuinte

W





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

deixar de pagar tributo. Todavia, é claro como sol de estio o direito do contribuinte em ter, em seu favor, o crédito que obteve legitimamente.

Milhares de empresas brasileiras são credoras da União Federal. Tais créditos derivam de decisões administrativas ou judiciais transitadas em julgado. Até o presente momento, há cerceio na utilização desses créditos, malgrado representar, *s.m.j.*, uma afronta ao direito adquirido e, repita-se, uma tutela maliciosa ao enriquecimento ilícito. Ambas, figuras atentatórias das mais comezinhas noções de Direito.

Enquanto vigia em nosso sistema uma economia equilibrada, poder-se-ia, por excesso de tolerância, entender que a voracidade fiscal se justificasse. Entrementes, os pilares da economia mundial romperam-se e as mazelas oriundas da derrocada hospedaram-se no seio das empresas. Assim, não é mais teratológico afirmar que o Estado precisa ingerir na liquidez do mercado privado, como hoje é correntio observar.

Lado outro, transferir crédito a terceiro é instituto amplamente regulado e aceito, tanto em encerros públicos como privados.

É acaciano dissertar que nem ao Estado é permitido auferir mais do que lhe é devido, especialmente num país que tem, seguramente, a carga tributária mais dantesca do mundo.

Portanto, acertar as contas com os credores da União Federal é tão salutar quanto cobrar daqueles que lhe são devedores. "Dai a César o que é de César" ficou atual.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2008.

*Juvenil Oliveira*

**Deputado Federal JUVENIL**  
**Líder do PRTB**

